

A visibilidade da cidade como cartografia

The visibility of the city as cartography

Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa
regianemo@uol.com.br
<http://orcid.org/0000-0002-2039-7610>

Professora do PPG em Comunicação (UFRB)
e do PPG em Cultura e Sociedade (UFBA),
membro do ESPACC.

Fábio Sadao Nakagawa
fabiosadao@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2296-5810>

Professor do PPG em Comunicação e
Cultura Contemporâneas (UFBA), membro
do ESPACC.

Adriana Maciel Gurgel Santos
adrianamgs@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-5360-7637>

Doutora em Comunicação e Semiótica pela
PUCSP, membro do ESPACC.

Resumo

Este artigo busca discutir as categorias do espaço propostas por Ferrara (2002) como estratégias metodológicas voltadas para a apreensão da cidade e como elas se relacionam com a cartografia. Segundo tal perspectiva, a urbe se constrói por meio de distintas espacialidades, cuja apreensão fenomênica ocorre por meio da visualidade, a qual implica, primordialmente, o exercício da deriva situacionista e do vagar do *flâneur*. A visibilidade envolve a representação da experiência da urbe por meio de diagramas e cartografias, pelas quais pode-se delinear, de fato, as multiplicidades que constroem e redefinem continuamente a cidade. Por fim, a comunicabilidade implica colocar em relação diferentes cartografias e, com isso, inferir sentidos possíveis. Por meio dessa discussão, busca-se explicitar de que maneira a produção de conhecimento sobre a cidade não pode prescindir da experiência, ainda que não se limite unicamente a ela.

Palavras-chave: cidade, categorias do espaço, cartografia, estratégias metodológicas.

Abstract

This article aims to discuss the categories of space proposed by Ferrara (2002) as methodological strategies for the apprehension of the city and how they relate to cartography. According to this perspective, the city is built through distinct spatialities, whose phenomenal apprehension occurs through visibility, which implies, primarily, the exercise of the situationist drift and the flâneur's wandering. Visibility involves the representation of the experience of the city by means of diagrams and cartographies, through which one can de facto delineate the multiplicities that continuously construct and redefine the city. Finally, communicability implies putting into relation different cartographies and, with this, inferring possible meanings. Through this discussion, we seek to explain how the production of knowledge about the city cannot do without experience, even if it is not limited to it.

Keywords: city, space categories, cartography, methodological strategies.

Introdução

Não se pode desconsiderar a importância da experiência na produção do conhecimento sobre a cidade, cuja natureza fenomenológica atua como fonte de informação e ruído, pela qual ocorre a irrupção de dúvidas por um dado novo e inusitado decorrente, não raro, de insuficiências e falhas dos métodos e desgastes dos conceitos, suscitando assim “uma relação interrogativa com a experiência” (Ferrara, 1993, p. 159).

No processo de apreensão da cidade mediada pela dúvida, coloca-se o desafio de produzir um conhecimento que não se limite à mera descrição da sua caracterização fenomenológica mais imediata ou do seu espaço físico-construído que, como indica Santos (2004), reporta-se mais efetivamente ao planejamento urbano, fruto do urbanismo entendido como disciplina científica. A cidade, por sua vez, concerne aos usos feitos do espaço, pelos quais se constroem usos e dinâmicas que, muitas vezes, contrapõem-se àquelas previstas e/ou estabelecidas pelo urbano. Tal perspectiva também se coaduna com a distinção estabelecida por Sennett (2019) entre *ville* e

citê, em que a primeira diz respeito ao local construído, ao passo que a segunda se relaciona à dimensão perceptocognitiva que é potencializada pela urbe e que igualmente a constitui ou, mais especificamente, “uma mentalidade composta de percepções, comportamentos e crenças” (Sennett, 2019, p. 9)¹. Como consequência, a *ville* é a cidade vista na sua totalidade e na sua abstração – enquanto planejamento urbanístico –, enquanto a *citê* reporta-se à especificidade e à concretude dos lugares constituídos em virtude de diferentes formas de uso.

Nota-se assim que a apreensão da cidade implica necessariamente o modo pelo qual o espaço é continuamente construído e ressignificado. Ainda em consonância com Santos (2004), o espaço não se limita ao seu aspecto físico-construído, edificado por objetos naturais ou artificiais, tampouco às relações sociais, mas envolve a correlação que se estabelece entre todos eles, pela qual se constrói um “quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2004, p. 39). As dinâmicas internas de um sistema, seja ele de objetos, seja ele de ações, somadas às dinamicidades produzidas entre um e outro, nos permitem perceber redes de relações, tensões, movimentos e velocidades distintas que se abrem e se expandem em todas as direções. A

¹ No original: “una mentalidad compuesta de percepciones, comportamientos y creencias”.

natureza do espaço corresponde a essa sincronicidade, na qual todos os elementos estão mergulhados num continuum semiótico.

Tal é, igualmente, a dinâmica da cidade, a qual se constrói, se atualiza e se ressignifica na especificidade dos seus lugares, pois “os seres humanos se movem no espaço e habitam um lugar” (Sennett, 2019, p. 51)², e nos seus agenciamentos, os quais implicam um “crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (Deleuze; Guattari, 2017, p. 24). Em decorrência, a cidade nunca se fixa, ao mesmo tempo que sua apreensão não pode prescindir, primeiramente, da dimensão fenomênica.

Em consonância com tais perspectivas, ou seja, a impossibilidade de pensar o espaço como um a priori e a compreensão da cidade pela concretude dos seus lugares, Ferrara (2002) propõe sua formulação sobre as categorias de apreensão do espaço que, antes de tudo, se contrapõem a qualquer forma de compreendê-lo como uma unidade estática, totalizadora e genérica. Atuando como um meio que possibilita a manifestação de diferentes configurações sógnicas, ele existe pelas suas espacialidades, deixando-se conhecer somente por meio delas. Ainda segundo a autora (Ferrara, 2002), à espacialidade aliam-se a visualidade, a visibilidade e a comunicabilidade como categorias fenomenológicas de apreensão do espaço.

Antes de abordar a especificidade de cada uma das categorias, cumpre ressaltar nosso propósito de discuti-las como um modo de perceber e entender o espaço e como se relacionam com a cartografia, de modo a situar como cada uma delas pode ser operacionalizada, mais especificamente, no processo de apreensão da urbe.

Assim, segundo nossa conjectura, se a espacialidade corresponderia à especificidade dos lugares que, efetivamente, constroem a urbe, a visualidade implicaria a apreensão da sua dimensão fenomenológica mais imediata, na qual se destaca a deriva situacionista (Debord, 2003). A visibilidade envolve a elaboração de inferências com base na visualidade, na tentativa de construir uma inteligibilidade sobre a cidade. Seria justamente no âmbito dessa categoria que ocorreria a formulação de diagramas e cartografias, pela qual seria possível delinear as relações que indicariam as virtualidades, as territorializações e reterritorializações que constituem as espacialidades da cidade. Nossa compreensão toma por base o pensamento de Deleuze e Guattari (2012, 2017), de modo que interessa-nos situar como a cartografia elucidaria um dos modos possíveis de elaboração da visibilidade, sobretudo no âmbito da urbe. Por fim, a comunicabilidade implicaria um pensar “entre” diferentes diagramas e cartografias e, com isso, inferir sentidos possíveis que, por sua vez, são tão inconstantes quanto o objeto ao qual se referem, ou seja, a cidade.

1 A deriva como estratégia de investigação das visualidades

A cidade, fenômeno sempre em movimento, decorrente das relações que se estabelecem entre seus espaços e usuários, configura-se de modo poroso à experiência e, disponível ao/

à(ao) observador(a) atento(a), faz-se apreender a partir de espacialidades em constante transformação.

Primeira categoria de análise do espaço proposta por Ferrara, as espacialidades reportam-se às construções formais do espaço (Ferrara, 2002) e, portanto, são articuladas por sistemas de signos, linguagens ou esferas culturais. Toda e qualquer espacialidade é uma forma de manifestação do espaço que funciona não como sua cópia ou duplicação, mas como um dos muitos arranjos que ele gera. Em cada espacialidade, o espaço se estende sem nunca se esgotar, cuja fonte geradora passa a ser afetada e continuamente atualizada por suas construtibilidades.

As distintas espacialidades que traduzem o espaço apontam para a sua natureza fenomenológica, que se constitui como uma “entidade experienciável” (Santaella, 1995, p. 16), tal como propôs Peirce em relação à ideia de fenômeno, na medida em que ultrapassa “seu aspecto monádico” (Santaella, 2020, p. 45), como mera qualidade em si mesmo, para se apresentar por meio de distintas ocorrências, acidentes ou “coincidências” (Santaella, 2020, p. 49).

Atentar para o fenômeno já havia sido assinalado por Ferrara no artigo intitulado “A ciência do olhar atento”, publicado pela primeira vez na revista *Trans/Form/Ação* e, depois, republicado no livro *O olhar periférico* (1993). O diálogo com a faneroscopia ou fenomenologia e com os tipos de raciocínio (dedução, indução e abdução) propostos por Peirce (1975) permitiu-lhe chamar a atenção para a importância da experiência na produção do conhecimento, além de questionar a aplicabilidade dos conceitos independentemente dos objetos investigados por meio do uso indiscriminado de teorias e métodos, como se fossem fins em si mesmos.

No que se refere ao espaço como fenômeno, este abre-se ao outro por meio das espacialidades, estimulando uma relação na qual um age, o outro reage e vice-versa. Trata-se de algo que se força sobre as mentes, se apresenta por meio de suas alteridades e, portanto, é distinto do sujeito que quer conhecê-lo. Tal percepção dá condições de trazer à tona as diferenças existentes e, também, permite compreender a dimensão comunicativa na construção do conhecimento, uma vez que se instauram relações dialógicas e de fronteira entre aquele que quer conhecer e aquilo que, de alguma forma, o provoca.

Quanto à questão dialógica, é necessário situá-la, antes de tudo, como ciência das relações, tal como prevê a arquitetônica do mundo formulada por Mikhail Bakhtin. Em conformidade com essa perspectiva, a relação eu/outro deve ser entendida como um evento acontecimental entre dois mundos possíveis, que se expressa na configuração do enunciado concreto e só se constitui como tal na medida em que cada interlocutor reconhece seu “lugar único na singularidade do existir” (Bakhtin, 2010, p. 62), pelo qual se constroem a alteridade e a empatia com um determinado objeto. Isso possibilita que este seja apreendido de acordo com um ponto de vista que, por sua vez, não exclui todo um campo extraposto que está “fora” de um lugar singular específico. Desse modo, como o autor aponta, “não é o objeto que se apodera de mim, enquanto ser passivo: sou eu que ativamente o vivo empaticamente” (Bakhtin, 2010, p. 62).

A segunda categoria de análise do espaço proposta por Ferrara (2002) é a visualidade, que se volta para a dimensão

² No original: “se mueven en un espacio y habitan un lugar”.

sensível da espacialidade e aos seus modos de aparecer que se manifestam em marcas, rastros, traços, signos e textos, passíveis de capturas contingentes e mutáveis. Sabe-se que a experiência que ocorre ao conhecimento não esgota a totalidade do objeto empírico; as visualidades apresentam, assim, aspectos mais evidentes, características que não são percebidas de imediato ao passo que outras são ignoradas, compondo uma variável hierarquia perceptiva cuja discernibilidade se constrói de modo instável e diretamente relacionado à presença e atenção do(a) observador(a).

Como categoria de análise do espaço, a visualidade diz respeito às qualidades e características da espacialidade, relacionando-se, portanto, ao aspecto icônico da representação, ou seja, à sua materialidade signica, porém ela ultrapassa a configuração da arquitetura e do urbanismo como suportes físicos. Os desenhos, projetos e mapas, bem como as formas, dimensões, texturas e materiais utilizados na construção do espaço coexistem com os procedimentos e técnicas que podem ser percebidos nas edificações e em seus vazios; convivem com sonoridades distintas (vozes, ruídos, silêncios), odores variados, sensações táteis e encontros (embates, acolhimentos) entre diferentes usuários(as).

Trata-se, portanto, do modo pelo qual uma espacialidade se apresenta à percepção e, também, como ela se deixa apreender. Cor, forma, textura, volume, movimento são exemplos que correspondem à visualidade e fornecem dados sobre as características compositivas de uma determinada espacialidade. São informações ainda em “estado bruto”, experimentadas conjunta e integralmente, sem serem discriminadas, comparadas, confrontadas ou convertidas em conhecimento. Apesar de a visualidade estar sob o domínio do olhar, não significa que outras formas de percepção são excluídas ou silenciadas, isso apenas indica que a categoria está sujeita às relações de dominância e subordinação entre os modos de apreensão pelos sentidos³. Dessa maneira, visualidades consistem nos múltiplos modos como as espacialidades se apresentam e são dadas à percepção, com suas marcas mais ou menos profundas, seus vestígios de diferentes naturezas e distintos graus de perceptividade, suas camadas de ações passadas e presentes, que se relacionam de maneira imprevisível e inconstante.

Há, no momento de aproximação e leitura, o predomínio das espacialidades, pois estas fornecem, a partir de suas visualidades, por meio da “exploração icônica” (Ferrara, 2002, p. 105), os primeiros elementos para a análise do espaço urbano e construção como cidade. Como ressalta Jacob, a percepção de visualidades exige a observação atenta e irrestrita do cotidiano que se desenrola no espaço urbano, pois “a maneira de decifrar o que ocorre no comportamento aparentemente misterioso e indomável das cidades é, em minha opinião, observar mais de perto, com o mínimo de expectativas possível, as cenas e os acontecimentos mais comuns” (Jacobs, 2000, p. 12-13).

Este processo não se esgota na constatação visual (no registro ou no dado ignorado) de determinadas características do espaço e envolve a atuação aguçada de todos os sentidos. Deste modo, não apenas o olhar do(a) pesquisador(a), mas todo o corpo daquele(a) que está presente e implicado(a) na ação é

capaz de percepção – entendida como ação cognitiva de mão dupla, ou seja, ao agirmos, conhecemos (Didi-Huberman, 1998). Atentar, aqui, “supõe flagrar, ou seja, utiliza-se os cinco sentidos para afinar e afiar a capacidade perceptiva e, da sensação, chegar ao sentido dos fenômenos percebidos” (Ferrara, 2002, p. 33).

Um dos modos de flagrar manifestações comunicativas cotidianas consiste na observação a partir do deslocamento do(a) pesquisador(a), cuja sensibilidade se mantém alerta e aberta aos fenômenos urbanos e à sua vivência. O caminhar como uma prática do espaço (Certeau, 2008, p. 180) aparece, portanto, como possibilidade de conhecimento. O corpo se desloca à deriva, ou seja, deixando-se guiar por acontecimentos aleatórios que, em maior ou menor grau, o afetam e são afetados por ele.

De certa forma, tal deriva está em ressonância ao vaguear que contagia o caminhar do *flâneur* proposto por Benjamin, que é tomado por uma espécie de “embriaguez” que lhe permite deslocar-se “a esmo pelas ruas” (Benjamin, 2006, p. 462). Dessa maneira, a cidade se traduz em labirinto, e o *flâneur* como um viajante curioso diante do cotidiano se perde e pode se reencontrar em distintos momentos, nos quais “o espaço pisca” para ele (Benjamin, 2006, p. 463).

Esta deriva comunicativa igualmente relaciona-se com o procedimento utilizado pela Internacional Situacionista, que a define como “uma técnica de passagem rápida por ambiências variadas” (Debord, 2003, p. 87) e abrange o deslocamento a pé, sem roteiro definido *a priori* e seguindo demandas do acaso, ou seja, entregando-se “às solicitações do terreno e das pessoas que nele venham a encontrar” (Debord, 2003, p. 87).

A presença ativa e engajada do(a) observador(a) assume o espaço urbano como um campo de ação em que se poderia efetivar a “revolução cotidiana” imaginada pela vanguarda situacionista, uma “revolução cultural que se daria pela ideia de criação global da existência contra a banalidade do cotidiano” (Debord, 2003, p. 4). Neste contexto, a materialidade construída e simbólica viabilizaria atuações contrárias à alienação e à passividade, e a revolução cotidiana envolveria a transformação de expectadores(as) em construtores(as) de novos lugares. Vivenciar e transformar espaços a partir do uso, subvertendo o caráter impositivo e disciplinante do urbanismo e da arquitetura seria, para os situacionistas, um caminho possível para impedir a espetacularização da cidade.

As pesquisas do campo da Comunicação que abrangem as citadas categorias do conhecimento do espaço (espacialidade e visualidade, visibilidade, comunicabilidade), adotam a deriva como estratégia metodológica (e não método) para apreender um objeto empírico, no caso, a cidade. O espaço urbano é temporariamente desestruturado e surgem novos modos de utilização pois, ao caminhar, o(a) pesquisador(a) se coloca à disposição ao embate com o(a) outro(a), à experiência de alteridade possibilitada pelos encontros. O deslocamento aleatório permite ao(a) observador(a) flagrar aquilo que é capaz de perceber e desconsiderar presenças não discerníveis, a fim de elaborar associações imprevisíveis. Parte-se, assim, de situações conflitantes variáveis, pois é o olhar que transforma visualidades em questões de pesquisa e características icônicas

³ Ferrara provavelmente contemplou o olhar ao propor as categorias visualidade/visibilidade em função não apenas de seu principal objeto de análise, a cidade, mas por conta da dominância desse sentido em outras

linguagens, como o cinema, a fotografia, a publicidade, os meios digitais e o *design* gráfico, abrangendo assim os objetos de estudo relacionados, principalmente, à comunicação.

em hipóteses indiciais, ou seja, é a observação atenta (e também aquilo que ela não alcança) que traduz perguntas contingentes sobre a perceptibilidade problemática do empírico em respostas apenas possíveis. Percorrer corresponde, assim, a explorar, não para desvelar ou descobrir a cidade (nada há, neste sentido), mas para construir e assim conhecer, no momento mesmo em que a ação se efetiva, pois, como alerta Certeau (2008, p. 176), “os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares”.

Ao lidar com a observação empírica, busca-se não se limitar a constatações, descrições e registros, números ou dados quantitativos; ultrapassa-se o mapa e seus fixos para construir cartografias transitórias, parciais e falíveis, sempre em fluxo. O movimento, ao atualizar (transformar) as possibilidades e limitações impostas pelo espaço urbano (as regras que o estruturam, representadas nos mapas), constrói e informa, continuamente, novas configurações de lugares da cidade representadas em diagramas imprevistos, que falam e calam sobre o território e possibilitam o entendimento de um modo de ser do real.

2 Visibilidade, diagramas e cartografia

Se a visualidade fornece dados sobre uma determinada espacialidade a qual permite, portanto, o papel mais ativo da manifestação do fenômeno em comparação com aquele(a) que capta essas informações, a visibilidade, ao contrário, demonstra uma mente reativa às sensações, na tentativa de compreendê-las. Um dado discriminado do outro, ambos em comparação e confronto, em que se estabelece uma mediação pela qual se busca construir uma inteligibilidade para a experiência. Assim, pode-se dizer que a visibilidade “é propriamente semiótica, pois é compatível com a cognição perceptiva como alteridade que caracteriza e desafia a densidade física” (Ferrara, 2002, p. 101). Com isso, ocorre “passagem” da “visualidade receptiva” à “visibilidade perceptiva” (Ferrara, 2002, p. 121).

Isso não significa que, no âmbito da visibilidade, buscam-se elaborar afirmações acerca do que “é” a cidade, mas, sim, pela própria natureza do seu funcionamento – que se elabora e se redefine continuamente –, intentam-se levantar inferências acerca do seu movimento. Assim, os dados da experiência são traduzidos em traços relacionais para compor, com eles, diagramas e cartografias. De acordo com Peirce (1990, p. 64), o diagrama é um tipo de signo icônico, um hipoícone, que representa relações e se apresenta como uma imagem que evidencia não os seus caracteres simples, mas as relações externas e internas promovidas por e entre eles. No diálogo entre as ideias do semiótico americano e as categorias propostas por Ferrara, é possível dizer que a visibilidade é uma forma de perceber e pensar as visualidades citadinas por meio das imagens diagramáticas de suas estruturalidades, que funcionam como um artifício voltado para apreender diferentes dinâmicas das configurações signícas e, com isso, torná-las possíveis de serem estudadas.

É justamente nesse processo de constituição de visibilidades que se coloca a cartografia, entendida como um diagrama que permite delinear as multiplicidades que constroem e redefinem continuamente a urbe ou, mais especificamente, a complexidade constitutiva dos lugares/espacialidades que, como Santos (2002) afirma,

implica a correlação de distintas variáveis, dotadas de temporalidades igualmente singulares. Lugares são, assim, “momentos particulares e únicos em redes de relações sociais e entendimentos espaciais” (Amoo-Adare, 2022, p. 158).

É justamente em virtude dessa heterogeneidade e em diálogo com Deleuze e Parnet (1998) e Deleuze e Guattari (2012, 2017) que se pode que, longe de ser um ponto fixo, as espacialidades da urbe se caracterizam por linhas, intensidades e trajetórias cujo movimento, pautado por expansões, retrações e conexões, intervém na dinâmica e/ou “natureza” de sua própria configuração. Toda linha constitui uma trajetória singular da qual decorrem percursos possíveis e, por isso, podem ser “linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza” (Deleuze; Guattari, 2017, p. 43). No diálogo com o pensamento de Deleuze e Guattari, Rosário (2016, p. 188) afirma que, na constituição das cartografias “tais linhas vão articulando uma tectura [sic] em sua própria velocidade de escoamento, provocando agenciamentos de diversas ordens, gerando diversidade de fluxos e, por fim, compondo mapas moventes”. A configuração das espacialidades da urbe ocorre justamente pela correlação e tensionamento de todas essas linhas que, num determinado momento, passam a subsistir sincronicamente.

Em consequência, tais espacialidades não se limitam às suas atualizações e territorializações mais imediatas, dado o estreito vínculo que mantêm com virtualidades e devires que compõem sobretudo as linhas de desterritorialização. Em alusão a Bergson, Deleuze afirma que a imagem virtual “coexiste com a percepção atual do objeto” (Deleuze; Parnet, 1998, p. 177), sendo dela inseparável. Assim, aquilo que é apreendido na visualidade não pode, no âmbito da visibilidade, se limitar à experiência fenomênica mais imediata, ainda que não possa dela prescindir.

Falar de virtualidades e devires implica a consideração não de um futuro porvir, tampouco de um resultado. No âmbito da constituição da visibilidade da cidade, isso concerne à tentativa de delinear um “devir cidade” decorrente de desterritorializações que podem gerar territorializações variadas, até porque devires implicam bifurcações e inflexões que, impreterivelmente, impõem dúvidas e incertezas. Como o semiótico da cultura Iuri Lotman afirma, encruzilhadas envolvem momentos de escolhas de um “caminho”, em que “não se pode prever o desenvolvimento ulterior” (Lotman, 1998, p. 252)⁴, da mesma forma que implicam trajetórias não percorridas que igualmente fazem parte da cartografia.

Com isso, pela cartografia, determinadas formas de habitar se mostrariam menos em função de sua atualização e mais, propriamente, das virtualidades que elas sugestionam, independente de qual seja, de fato, o futuro da cidade ou se tal devir será “capturado” e territorializado pelo planejamento urbano, mediante determinados códigos já existentes ou “micro-equipamentos reformistas” (Guattari, 2013, p. 114)⁵, até mesmo para estabelecer formas de controle, em que se faz explícita a maneira pela qual “o poder molecular do Estado multiplica suas tentativas de recuperação das revoluções

⁴ No original: “no se puede predecir el desarrollo ulterior”.

⁵ No original: “micro-equipamientos reformistas”.

moleculares do desejo” (Guattari, 2013, p. 114)⁶. Devires são sempre minoritários, mas, uma vez territorializados – tal como ocorre, em geral, com os processos revolucionários –, podem suscitar transformações socioculturais mais amplas. Assim, podemos traçar um paralelo entre a cartografia delineada pela visibilidade e o projeto coletivo indicado por Guattari (2013, p. 111), quando afirma:

A elaboração de um projeto coletivo – o que chamaremos mapa do grupo, por oposição aos rastreamentos das redundâncias dominantes – se esforçará em captar os pontos de articulação entre os diversos componentes e produzir nós diagramáticos que permitam passar de uma ponta de desterritorialização a outra, desfazendo estratos sem, não obstante precipitar o conjunto das territorialidades residuais em um efeito de buraco negro⁷.

Não há como desconsiderarmos que, no âmbito da constituição das cidades, a delimitação de cartografias implica a apreensão dos espaços lisos/nômades, em contraste e correlação com os espaços estriados/sedentários (Deleuze; Guattari, 2012), visto que ambos subsistem em constante tensionamento na cultura. Em linhas gerais, o estriado reporta-se a formas de divisão predeterminadas do espaço, ao passo que o liso implica um modo de estar no espaço que necessariamente gera a sua redefinição, rompendo assim com qualquer modo de estratificação existente. Nesse sentido, o espaço liso ou nômade não se reporta ao deslocamento no espaço e, sim, ao deslocamento do próprio espaço, mediante a redefinição de sentidos, usos e funções. Em outras palavras, “no espaço estriado, as linhas, os trajetos têm tendência a ficar subordinados aos pontos: vai-se de um ponto a outro. No liso, é o inverso: os pontos estão subordinados ao trajeto” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 197).

Nota-se que o liso se constitui por linhas de fuga e desterritorialização que, necessariamente, tensionam e desestabilizam as linhas de segmentaridade características do estriado. Assim como indicamos na introdução deste trabalho e, segundo Sennett (2019), se a cidade implica uma mentalidade, logo, não se pode desconsiderar que o processo de alisamento do espaço envolve o aspecto perceptocognitivo que, por sua vez, define-se mais pela dimensão sensória/háptica, a qual implica o envolvimento sensório mais amplo com os fenômenos que nos chegam pelos sentidos – potencializada, inclusive, pelo exercício da deriva –, do que ótica e distanciada, constituída por um ponto de vista objetivo, afastado e abstrato (Deleuze; Guattari, 2012) que, frequentemente, caracteriza o urbanismo do qual decorre a segmentação e o estriamento do espaço.

Pode-se dizer que a percepção háptica distingue os chamados errantes da cidade, tal como afirma Jacques (2014), que se caracterizam pelo modo como vivem e constroem a experiência da urbe⁸, inclusive por meio de suas narrativas ou,

ainda, fabulações, que podem ocorrer por meio de distintas formas de linguagem (quadrinho, cinema, literatura, dentre outras). Com isso, constrói-se uma cidade imaginária por meio de uma “montagem de fragmentos relacionados” (Ferrara, 2000, p. 125) ou seja, uma cidade desejada a qual aponta inúmeras possibilidades de desterritorializações. Nesse caso, narrativas e fabulações constituem devires e virtualidades que, por sua vez, igualmente promovem o alisamento do espaço e constroem a cartografia da cidade como parte da sua visibilidade.

Uma das formas pelas quais se podem apreender tais encruzilhadas no espaço da urbe, por onde se correlacionam linhas de fuga, concerne às chamadas membranas urbanas, tal como foram definidas por Sennett (2019). Com base nos preceitos da ecologia natural, o autor estabelece a distinção entre fronteiras e divisas. As primeiras são porosas e caracterizam-se pela possibilidade de intercâmbio entre distintas esferas – ainda que as trocas nem sempre sejam harmônicas –, ao contrário do que ocorre com as divisas, que estabelecem um limite que não pode e/ou deve ser ultrapassado.

As membranas urbanas são constituídas por fronteiras que, como o próprio autor indica, implicam um enorme paradoxo, uma vez que seu funcionamento envolve a ação sincrônica de aberturas e fechamentos, pois “a porosidade existe em diálogo com a resistência, diálogo que às vezes significa que a célula se abra para ser inundada, e outras vezes é retentiva” (Sennett, 2019, p. 282)⁹. Ainda segundo Sennett, na esfera da urbe, é um erro associar a membrana à natureza dos materiais que constroem o espaço físico, uma vez que, a título de exemplo, uma muralha, feita de pedra, pode vir a funcionar como membrana, por mais paradoxal que pareça.

Embora, comumente, uma muralha tenha a função de estabelecer uma divisa, no seu entorno constrói-se uma série de atividades, como mercados informais que suscitam dinâmicas de troca distintas das “oficiais”, da mesma forma que, frequentemente, é para onde costumam se dirigir os marginalizados – ou seja, os errantes –, que igualmente constroem outras formas de estar no espaço, até mesmo como forma de “planejar” como ultrapassar a muralha em virtude de fabulações sobre aquilo que há além dela.

Como Sennett (2019) aponta, é equivocado situar a vida de uma coletividade no “centro”, que tende a ser mais controlado e estriado, diferente do que ocorre nas membranas/fronteiras que, justamente por serem mais porosas, tendem a fomentar a irrupção da dinâmica de um grupo. Conforme apontamos, devires são sempre minoritários que, frequentemente, se manifestam na banalidade do cotidiano, contrapondo-se às territorializações relacionadas às lógicas urbanas. Por isso, “viver a membrana” é sempre perigoso e arriscado.

Por meio desse caso, nota-se de que maneira linhas de segmentariedade se correlacionam com linhas de fuga, das

⁶ No original: “El poder molecular de Estado multiplica sus tentativas de recuperación de las revoluciones moleculares de deseo”.

⁷ No original: “La elaboración de un proyecto colectivo – lo que llamaremos el mapa del grupo, por oposición a los calcos de las redundancias dominantes – se esforzará en captar los puntos de articulación entre las diversas componentes y en producir nudos diagramáticos que permitan pasar de una punta de desterritorialización a otra, deshaciendo estratos, sin no obstante precipitar el conjunto de las territorialidades residuales en un efecto de agujero negro”.

⁸ Aqui, cumpre ressaltar que no artigo “O liso e o estriado” (2012), Deleuze e Guattari indicam que a cidade se caracteriza pelo estriamento, porém ambos os autores não estabelecem distinção entre ela e o urbano, de modo que se nota que, ao se reportarem à cidade estão, de fato, aludindo ao urbano, tal como o entendemos neste trabalho.

⁹ No original: “La porosidad existe en diálogo con la resistencia, diálogo que a veces significa que la célula se abre para ser inundada, y otras veces es retentiva”.

quais decorrem o alisamento do espaço estriado ou, ainda, a constituição da cidade no confronto com o urbano. No caso em questão, a encruzilhada irrompe à medida que a muralha se coloca como limite ou possibilidade de irrupção de “mundos possíveis”. Com isso, a cartografia e a visibilidade se constituem não apenas pela apreensão de territorializações inesperadas que emergem, mas também pela elaboração de inferências sobre as desterritorializações que uma linha de estratificação, como a “muralha”, podem suscitar, ou seja: um “devir cidade” ou uma cidade imaginária que pode não ter relação alguma com aquilo que, institucionalmente, se entende por cidade ou com a cidade que, porventura, possa decorrer dessa fronteira.

Nesse caso, construir a visibilidade por meio da cartografia implica “produzir descontinuidade” com relação àquilo que foi apreendido na visualidade, bem como “desfazer linearidades e ler por saltos, revelando o imprevisível recorte inovador” (Ferrara, 2000, p. 125) que possibilita correlacionar linhas absolutamente díspares que podem fazer emergir o imprevisível, pois “é um erro pensar que as estruturas massivas são intrinsecamente inertes e que as qualidades que têm expressão na natureza porosa da membrana apenas se encontram em estruturas ligeiras e efêmeras” (Sennett, 2019, p. 284)¹⁰.

Ainda com relação à membrana e à fronteira, gostaríamos de acrescentar um último aspecto. Embora não tenha a cidade como objeto de estudo, mas, sim, os diferentes sistemas de linguagem que compõem a cultura, a definição de fronteira proposta por Lotman vai ao encontro da elaboração de Sennett, inclusive no que tange à ambivalência. Para Lotman (1996), a fronteira tanto une, ao propiciar o diálogo entre alteridades, quanto separa, dada a necessidade de reordenação interna de um sistema após o intercâmbio. Porém, o foco de Lotman está na tradução e, sobretudo, na intraduzibilidade que irrompe pelo confronto entre diferentes esferas. Se a primeira ocorre por meio de um algoritmo dado de antemão, a segunda é potencializada pela inexistência dele, da qual decorre o estabelecimento de equivalências tradutórias entre linguagens absolutamente díspares entre si. Desse processo resulta a irrupção de um arranjo completamente inusitado, não equivalente àqueles que foram colocados em diálogo, mas que, sem eles, tampouco existiria.

Aqui, interessa-nos pontuar como a fronteira constitutiva de uma membrana urbana, ao potencializar processos de intraduzibilidade, pode fomentar ainda mais a irrupção de linhas de fuga imprevisíveis, bem como a inferência de virtualidades e transformações possíveis em decorrência da correlação entre linhas díspares. Segundo Mezzadra e Neilson (2017, p. 316), relações de intraduzibilidade podem acarretar a constituição de novos “comuns” na esfera da urbe, os quais apontam para “modos de constituição legal e política radicalmente diferentes”¹¹, decorrentes das distintas articulações que se estabelecem entre as linhas que constroem as espacialidades da urbe. Cabe, assim, à visualidade elaborada pela cartografia tornar tais devires “visíveis”.

3 A comunicabilidade dos espaços

O que comunicam as espacialidades não é o objetivo a ser alcançado pelos processos de deriva, diagramação e cartografia das espacialidades, pois esses não são procedimentos que visam um objetivo-fim ou uma certeza a ser alcançada sobre os diferentes aspectos fenomenológicos da cidade. Conforme temos pontuado, não se trata de transformar a experiência em dados estatísticos, passíveis de serem lidos ou desvelados como elementos portadores de significados constituídos a priori ou, ainda, pautados pelo predomínio de uma lógica meramente transmissiva, cujo substrato volta-se para a habilidade do(a) investigador(a) para depurar determinados dados de um objeto, tomado como estável e inerte.

Por sua vez, comunicar não pode ser confundido com transmitir, uma vez que o primeiro decorre da relação dialógica, tensiva e assimétrica entre os(as) envolvidos(as), ao passo que o segundo é fruto do mero deslocamento de um conteúdo, cujos campos de partida e chegada são absolutamente simétricos.

Compreendido como objetivo-meio, o que se busca a partir das visualidades e visibilidades das espacialidades não é o que se está comunicando, mas o como as representações do espaço, pelas quais ele próprio ganha materialidade na cultura, são capazes de produzir agenciamentos e sentidos. Trata-se do modo como elas atuam como mediação por meio dos vínculos comunicativos entre pessoas, lugares e afetos, como também pela interação tensiva de suas construtibilidades. É por isso que, segundo Ferrara (2007, p. 13),

[...] a comunicabilidade expõe a relação diacrônica e sincrônica que se estabelece entre as espacialidades, suas representações visuais e os significados que dela decorrem ou são construídos pelas relações entre indivíduos, suas interpretações e imaginários no plano da cultura e das inscrições históricas.

Se as espacialidades são modos de representação e agenciamentos do espaço, toda e qualquer espacialidade é um modo de re(a)presentar o espaço pela mediação sógnica. Tal aspecto da espacialidade possibilita que, em sua constituição, se manifeste a função de interpretante do signo, tal como foi proposto por Peirce (1990), cujo foco passa a ser a faculdade do signo em promover e gerar semioses, uma vez que, nele, há distintas possibilidades de geração de sentidos que se concretizam por meio de suas expansões em outros signos.

Uma vez que, por meio de diagramas e cartografias, torna-se possível apreender e representar trajetórias e multiplicidades, logo, a comunicabilidade resultante delas jamais poderia redundar em afirmações ou representações taxativas. Há, sim, a indicação de semioses que, conforme visto, são primeiramente suscitadas pela dimensão fenomênica da urbe. Nesse sentido, a visibilidade nos ajuda a entender que, entre aquilo que é apreendido pelos sentidos na visualidade e a constituição da comunicabilidade, coloca-se uma zona intersticial de formulação de inferências. Tal como indicam Deleuze e Guattari (2017, p. 43), uma vez que a cartografia é “sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com

¹⁰ No original: “Es un error pensar que las estructuras masivas son intrínsecamente inertes y que las cualidades que tienen expresión en la naturaleza porosa de la membrana solo se encuentran en estructuras ligeras y efímeras”.

¹¹ No original: “modos de constitución legal y política radicalmente diferentes”.

múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga”, logo, a comunicabilidade resultante desse processo é igualmente fluida ou, mais precisamente, anexata, visto que “são absolutamente necessárias expressões anexatas para designar algo exatamente” (Deleuze; Guattari, 2017, p. 42), no caso, as espacialidades e a própria cidade. Longe de ser o resultado de um exercício analítico, a comunicabilidade é parte do próprio processo e, por isso, é sempre vicária, parcial e instável.

Outro aspecto igualmente constituinte da comunicabilidade concerne à possibilidade de colocar em relação diagramas distintos, na tentativa não de estabelecer um sombreamento ou uma equivalência entre eles, mas, sim, de levantar inferências sobre possíveis relações. Com isso, um diagrama pode ser visto por intermédio de outro, que pode resultar na ampliação e redefinição de ambos. Disso decorre a geração de sentidos com base numa infinita gama de possibilidades de atualização de um signo em outro – ou seja, de semiose –, considerando, inclusive, o espaço semiótico de relações (Lotman, 1996) em que se inserem e, por consequência, a alta ou baixa variabilidade de traduções semióticas que sofrem suas configurações.

Assim, no que concerne ao estudo da urbe, o exercício de apreender uma cidade pela outra como forma de construir uma inteligibilidade sobre elas, tal como indica Ferrara (2015), ocorre não pela simples comparação entre distintas visualidades, mas pela interação entre cartografias diversas que, inclusive, pode resultar em novas cartografias, pelas quais, virtualidades irrompem. Como Deleuze e Guattari (2017) afirmam, rupturas são, muitas vezes, quase imperceptíveis e se mostram, não raro, no confronto entre cartografias. Em alusão a Benjamin (2006, p. 18), pode-se dizer que a comunicabilidade implica “o dom de produzir e perceber semelhanças” ou, ainda, semelhanças não-sensíveis, justamente porque não podem prescindir da ação mediadora da visibilidade e da cartografia.

Esse exercício, não raro, implica relacionar fenômenos e cidades absolutamente distantes no tempo e no espaço, pois o que as aproxima não são relações historicistas de causa e consequência ou, ainda, suas visualidades, mas, sim, as linhas de fuga que elas potencializam e seus cruzamentos. Trata-se, assim, da formulação de uma diacronia não linear que, necessariamente, parte da correlação entre linhas distintas que passam a subsistir sincronicamente na constituição das espacialidades das cidades.

Retomando o exemplo colocado anteriormente sobre a muralha, pela visibilidade cartográfica, sua comunicabilidade se constituiria pela interação passível de ser estabelecida entre o “devir cidade” e os processos de desterritorialização que ali se constituem e tantos outros que se articulam em outras membranas urbanas, em que se nota a emersão de linhas que tencionam os códigos do viver impostos pelo planejamento urbano.

Como a comunicabilidade não concerne a uma etapa última, pronta e acabada, pode-se dizer que ela se constitui na grande temporalidade da cultura, tal como foi definida por Bakhtin (1997). Segundo o autor, os sentidos de uma obra não se esgotam quando da sua produção, mas se elaboram na grande temporalidade da cultura, uma vez que o espaço semiótico de relações vinculado a um contexto específico pode suscitar formulações muitas vezes impensadas em outro momento. Em conformidade com essa perspectiva, os sentidos das cartografias delineadas como exercício de visibilidade se

expandem continuamente e, por isso, nunca se encontram finalizados. Quanto a isso, Benjamin (2006, p. 19) afirma que, muitas vezes, um “acontecimento singular do passado só se torna ‘legível’ em uma determinada época”, da mesma forma que, segundo nossa conjectura, a comunicabilidade de uma cartografia, muitas vezes, somente pode se constituir no decurso do tempo.

4 Considerações finais

Conforme apontamos neste artigo, qualquer tentativa de estudo da cidade não pode prescindir da dimensão fenomênica, porém a descrição da sua visualidade, ainda que constitua uma etapa imprescindível do processo de conhecimento da urbe, não se esgota nela. Embora a alteridade seja um traço distintivo central da visualidade, não se pode perder de vista que tanto a deriva quanto o vaguear do *flâneur*, ao se caracterizarem por percursos destituídos de pontos pré-determinados ou de um local onde se intenta chegar, podem igualmente envolver a constituição de cartografias perceptocognitivas que se elaboram e se redefinem continuamente no decurso dos deslocamentos. Da mesma forma, apreender a existência de membranas urbanas e fronteiras pode suceder durante a própria trajetória. Nesse sentido, é possível que visualidade e visibilidade ocorram de forma quase simultânea, porém saber distingui-las torna-se indispensável no processo de construção da inteligibilidade da urbe.

Por sua vez, os graus de comunicabilidade das espacialidades manifestam-se pelas traduções semióticas sofridas por suas configurações. Isso implica dizer que a capacidade de comunicar advém da propulsão das espacialidades em serem continuamente reelaboradas por distintos contextos culturais ou pelo espaço semiótico de relações na grande temporalidade da cultura.

Nota-se que, pelo estudo do espaço e da cidade por meio das referidas categorias, coloca-se uma perspectiva epistemológica de estudo da cidade que jamais poderia resultar numa totalização. Cartografias se expandem e se retraem, a depender do diálogo e do confronto com outras cartografias, pelas quais emergem novas inferências e, por isso, como alerta Rosário (2016, p. 184), “a cartografia desvia-se do conceito de método ligado a conjunto de regras, a saberes prontos, a modelos, tampouco se conecta à aquisição de saber e transmissão de informação”. Longe de ser um passo a passo, tal perspectiva analítica permite apreender processos distintos, porém diretamente interligados, que resultam na constituição de um conhecimento tão anexato, em processo, quanto a cidade.

Referências

- AMOO-ADARE, E. Desenvolvendo a alfabetização espacial crítica: mulheres asante migrantes e a política do espaço urbano. In: O. OYEWUMI (org.), *Epistemologias de gênero em África*. Tradições, espaços, instituições sociais e identidades de gênero. São Paulo: Ananse, 2022. p. 141-164.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável (1920-1924)*. Tradução Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DEBORD, G. Apologia da deriva. In: P. JACQUES (org.), *Apologia da deriva*. Escritos situacionistas sobre a cidade. São Paulo: Casa da Palavra, 2003. p. 87-91.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*, v. 5. São Paulo, Ed. 34, 2012.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*, v. 1. São Paulo, Ed. 34, 2017.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- FERRARA, L. *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp, 1993.
- FERRARA, L. *Os significados urbanos*. São Paulo: Edusp, 2000.
- FERRARA, L. *Design em espaços*. São Paulo: Rosari Editora, 2002.
- FERRARA, L. *Curitiba: do modelo à modelagem*. São Paulo: Annablume, 2007.
- FERRARA, L. *Design em espaços*. São Paulo: Edições Rosari, 2012.
- FERRARA, L. *Comunicação, mediações, interações*. São Paulo: Paulus, 2015.
- GUATTARI, F. *Líneas de fuga*. Por otro mundo de posibles. Buenos Aires: Cactus, 2013.
- JACOBS, J. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACQUES, P. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- LOTMAN, I. *La semiosfera I*. Semiótica de la cultura y del texto. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.
- LOTMAN, I. Clío en la encrucijada. In: LOTMAN, I. *La semiosfera II*. Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998. p. 244-254.
- MEZZADRA, S.; NEILSON, B. *La frontera como método*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- ROSÁRIO, N. M. Cartografia na comunicação: questões de método e desafios metodológicos. In: C. MOURA; M. LOPES (org.), *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2016. p. 175- 194.
- SANTAELLA, L. *Charles Sanders Peirce* (Excertos). São Paulo: Paulus, 2020.
- SANTAELLA, L. *A teoria geral dos signos*. Semiose e autogeração. São Paulo: Ática, 1995.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo, Edusp, 2004.
- SENNETT, R. *Construir y habitar*. Ética para la ciudad. Barcelona: Anagrama, 2019.

Artigo submetido em 19/05/2023

Aceito em 04/10/2023